Conselho da Justiça Federal

RESOLUÇÃO Nº 133, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1994

Dispõe sobre a concessão de horário especial, prevista no art. 98 da Lei nº 8.112/90, aos servidores estudantes do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus e de outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no P.A. nº 3248/94, em sessões de 11 de novembro e 05 de dezembro de 1994, resolve:

Art. 1º A concessão de horário especial, prevista no art. 98 da Lei nº 8.112/90, para servidores estudantes do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus far-se-á nos termos desta Resolução.

Art. 2º Ao servidor estudante será concedido horário especial quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o dos órgãos de que trata o artigo 1º, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo único. Exigir-se-á compensação de horário, respeitada a duração semanal de trabalho.

Art. 3º Não havendo possibilidade do cumprimento da jornada semanal de trabalho, no horário de expediente da unidade, o servidor estudante poderá complementá-la em outros horários, dependendo das atividades executadas e a critério da Administração.

Art. 4º As tarefas a serem executadas pelo servidor estudante serão determinadas e acompanhadas pela chefia imediata da unidade.

Art. 5º Serão beneficiados pelo horário especial os servidores estudantes do ensino regular dos cursos de 1º, 2º e 3º graus, supletivos e os de pós-graduação.

§ 1º Não será concedido horário especial ao servidor estudante matriculado em mais de um curso concomitantemente, devendo optar por um deles.

§ 2º Será permitida a saída do servidor estudante para se submeter a exames e provas do curso regular, no prazo estritamente necessário à sua realização, exigindo-se, mediante aprovação oficial do estabelecimento de ensino, o seu tempo de duração.

Art. 6º Será permitido ao servidor deixar de comparecer ao serviço, no prazo estritamente necessário, para prestar exames vestibulares, mediante comprovação e consoante o preceito do art. 2º, parágrafo único.

Art. 7º A concessão de horário especial far-se-á mediante requerimento do interessado à autoridade competente, acompanhado da documentação comprobatória de matrícula no estabelecimento de ensino, e do horário das respectivas aulas, encaminhado através do titular da unidade.

Art. 8º A renovação do horário especial deverá ser solicitada no início de cada período letivo, nos termos do artigo 7º da presente Resolução, apresentando-se documento comprobatório de frequência regular no período anterior.

Art. 9º Constatada que a situação do servidor estudante não corresponde aos comprovantes apresentados, ou que não estão sendo cumpridas as exigências desta Resolução, será cancelado o horário especial, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis.

Art. 10. Deixando o servidor estudante de frequentar o curso, por quaisquer motivos, deverá solicitar imediatamente o cancelamento do horário especial.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO WILLIAM PATTERSON

RESOLUÇÃO Nº 137, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994.

Altera a Resolução nº 093, de 1.º de junho de 1993, que regulamenta o Instituto de Progressão Funcional no Conselho da Justiça Federal e na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no P.A. Nº 3080/93, em Sessões de 11 de novembro e 05 de dezembro de 1994, resolve:

Art. 1.º O artigo 2º da Resolução nº 093, de 1.º de junho de 1993, alterada pela de nº 109, de 10 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Poderá ocorrer movimentação Extraordinária, a critério do Conselho da Justiça Federal, visando à uniformidade de sua

concessão aos servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1.º e 2.º Graus, independentemente do cumprimento das condições estabelecidas no § 2º do art. 2º e no art. 6º desta Resolução.

Parágrafo único. A movimentação de que trata o caput deste artigo será estendida aos inativos e pensionistas."

publicação. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua

Art. 3 Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO WILLIAM PATTERSON

PORTARIA Nº 100, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1994

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público realizado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme edital de homologação publicado no DJ do dia 15 de agosto de 1994, obedecida a ordem de classificação, os candidatos abaixo discriminados, para exercerem o cargo de Técnico Judiciário, Código CJP AJ-020, Nível Superior, Classe "C", Padrão II, do Quadro Permanente de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, em vagas criadas pela Lei nº 7.746/89.

01 - CRISTIANE SZYNNWELSKI

02 - MARI LÚCIA DEL FIACO ROCHA

MINISTRO WILLIAM PATTERSON

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1994

PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MINISTRO WILLIAM PATTERSON
SECRETÁRIO: BEL. ALCIDES DINIZ DA SILVA

Às nove horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros BUENO DE SOUZA (Vice-Presidente), JOSÉ DE JESUS (Coordenador-Geral da Justiça Federal) e EDSON VIDIGAL e os Srs. Juizes ALVES DE LIMA, JULIETA LÍDIA LUNZ, AMÉRICO LACOMBE, GILSON DIPP e PETRÚCIO FERREIRA (Membros Efetivos) e o Exmo. Sr. Ministro GARCIA VIEIRA (Membro Suplente), foi aberta a Sessão.

Ausente, por motivo justificado, o Exmo. Sr. Ministro ASSIS TOLEDO.

Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

O EXMO. SR. MINISTRO-PRESIDENTE: "Ao iniciar os trabalhos de hoje, registramos, com satisfação, a eleição pelo Superior Tribunal de Justiça, no último dia 02, dos Ministros EDSON VIDIGAL e WALDEMAR ZVEITER, respectivamente, para as funções de membro efetivo e suplente deste Colegiado, em decorrência da aposentadoria do Ministro DIAS TRINDADE. Em consequência, nos termos do § 2º do art. 2º do Regimento Interno participa desta Sessão o Ministro JOSÉ DE JESUS. Aos eminentes Conselheiros os nossos cumprimentos, certos de que nessas funções darão a melhor das contribuições para o engrandecimento da Justiça Federal.

JULGAMENTOS

O Exmo. Sr. Ministro-Presidente submeteu ao referendado do Conselho os seguintes atos:

a) Resolução nº 134, de 14.11.94, que dispõe sobre a aplicação do art. 67, § 2º, da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993 e dá outras providências.

b) Resolução nº 136, de 29.11.94, que dispõe sobre a alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa da Justiça Federal de Primeiro Grau.

O Conselho, por unanimidade, referendou os atos.

P.A. Nº 3248/94

CONCESSÃO DE HORÁRIO ESPECIAL AOS SERVIDORES ESTUDANTES DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS.

APRESENTADO EM MESA PELO EXMO. SR. MINISTRO-PRESIDENTE.

O Conselho, por unanimidade, aprovou a minuta de resolução submetida à exame, com a alteração sugerida pela Conselheira JULIETA LÍDIA LUNZ, no sentido de ser excluída a expressão "reconhecidos" do art. 5º.

P.A. Nº 3080/93

CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

APRESENTADO EM MESA PELO EXMO. SR. MINISTRO-PRESIDENTE.

O Conselho, por unanimidade, revendo decisão anterior, deliberou manter a redação do art. 2º da Resolução nº 93, de 01 de junho de 1993.

P.A. Nº 2879/93

CONCESSÃO DE MOVIMENTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE PADRÕES A SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.